

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO SERGIPE

Concurso Público para provimento de cargos de

Técnico Legislativo Área Taquigrafia

Nome do Candidato Caderno de Prova 'Q17', Tipo 001	Nº de Inscrição Nº do Caderno TIPO-001
- № do Documento	- ASSINATURA DO CANDIDATO
PROVA	Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O processo de perpetuação da cultura se dá pela educação.

Discursiva-Redação

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.

Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHADE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.





CONHECIMENTOS GERAIS

Noções de Direito Constitucional

- A Constituição Federal de 1988 tem, como uma de suas características mais marcantes, a preocupação com a tutela dos direitos humanos, não sendo exagero afirmar que, dentre todas as constituições brasileiras, a vigente é a que mais se destacou nesse tópico. Nesse contexto, a Constituição elenca, como fundamentos da República Federativa do Brasil:
 - a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a garantia do desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais; a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
 - a independência nacional; a prevalência dos direitos humanos; a autodeterminação dos povos; a não intervenção; a igualdade entre os Estados; a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e concessão de asilo político.
 - (C) a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
 - a obediência da Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
 - (E) a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- 2. Ao disciplinar os Direitos e Garantias Fundamentais, a Constituição Federal estabelece:
 - Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
 - É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal, civil, e instrução processual administrativa.
 - A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas depende de autorização estatal, sendo permitida, ainda, interferência do Estado em seu funcionamento.
 - (D) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, poderá ser objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvi-
 - A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante qualquer horário do dia ou da noite, por determinação judicial.
- 3. Consoante às disposições relativas aos partidos políticos, a Constituição Federal estabelece:
 - Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Supremo Tribunal Federal.
 - É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento, devendo, no entanto, seus estatutos estabelecer normas de disciplina partidária.
 - (C) É livre a criação de partidos políticos de caráter regional.
 - (D) É permitido aos partidos políticos o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros, desde que prestem contas ao Tribunal Superior Eleitoral, na forma da lei.
 - E permitida a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.
- Á luz da Constituição Federal, consideradas exclusivamente as condições de elegibilidade relativas à nacionalidade e idade, um brasileiro naturalizado de 25 anos poderia, em tese, candidatar-se a
 - Senador, mas não poderia assumir a Presidência do Senado Federal.
 - Presidente da República.
 - (C) Governador de Estado.
 - (D) Vereador, mas não poderia assumir a Presidência da Câmara Municipal.
 - Deputado Federal, mas não poderia assumir a Presidência da Câmara dos Deputados.



- 5 A Constituição Federal reconhece como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, à qual incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis,
 - (A) a Defensoria Pública.
 - (B) a Advocacia-Geral da União.
 - (C) o Ministério Público.
 - (D) a Controladoria-Geral da União.
 - (E) a Justiça Federal.
- 6 Consideradas as regras atinentes ao processo de alteração das normas constitucionais, tal como definido na Constituição
 - (A) é cabível, por meio de emenda à Constituição, autorizar a instituição de pena de morte para os autores de crimes hediondos
 - a proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
 - (C) a emenda à Constituição será promulgada pelo Presidente da República, com o respectivo número de ordem.
 - (D) a Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
 - (E) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa mediante requerimento da maioria absoluta dos membros de gualquer das casas do Congresso Nacional.

Noções de Direito Administrativo

- Em determinado processo licitatório o Tribunal de Contas apontou ter havido direcionamento do procedimento para beneficiar empresa ligada ao gestor da autarquia municipal contratante. Constatou-se que o edital continha cláusulas que comprometiam o caráter competitivo, pois as exigências somente poderiam ser cumpridas pela referida empresa. Considerando que o apontamento da Corte de Contas tenha fundamento, a atuação preordenada para esse fim do Departamento de Licitação responsável pela feitura do edital de licitação
 - (A) não ofende a lei e os princípios disciplinadores do agir administrativo, pois estes não se aplicam às compras e serviços das autarquias, em especial as municipais, em razão do princípio federativo.
 - (B) encontra fundamento no princípio da eficiência e da boa administração, pois o gestor da entidade municipal poderá exigir da empresa beneficiada que apresente proposta vantajosa, o que favorece a economicidade e justifica o direcionamento.
 - (C) ofende os princípios da igualdade, impessoalidade e da ampla competição, o que torna o procedimento licitatório e o contrato dele decorrente nulos.
 - (D) ofende a Lei nº 8.666/1993, mas o procedimento e o contrato podem ser considerados válidos desde que se comprove que a adjudicação se deu por valor compatível com o de mercado, o que justifica a quebra de neutralidade do edital.
 - é inadequada e ofende a lei e os princípios do direito, mas o vício do procedimento não alcança o futuro contrato, em especial se houver demonstração de que a contratada tem capacidade técnica e operacional diferenciada das da concorrência, produzindo bens e prestando serviços singulares.
- A Administração pública, após ter publicado edital de licitação, alterou algumas cláusulas do instrumento relativas aos requisitos de habilitação, tornando-os em alguns aspectos mais exigentes e em outros mais alargados. Sobreveio impugnação ao edital, fundamentada na ausência de sua republicação, após as alterações referidas. A impugnação
 - procede, pois a Administração está impedida de realizar modificações no instrumento convocatório após sua publicação, mesmo que o republique e respeite o prazo mínimo para apresentação das propostas.
 - procede, pois na fase externa da licitação a Administração somente pode alterar o edital para sanar vícios de legalidade ou proceder alterações irrelevantes.
 - (C) improcede, pois a Administração pode a qualquer momento alterar as cláusulas do edital, cuidando-se de decisão discricionária do departamento responsável pelo procedimento republicar ou não a chamada pública.
 - (D) improcede, pois somente modificações relativas à proposta de preço obrigam a republicação do instrumento convocatório.
 - procede, pois a Administração tem o dever de republicar o edital quando alterar de forma substancial suas regras, devolvendo o prazo original para apresentação das propostas.



- Determinado procedimento licitatório regido pela Lei nº 10.520/2002 foi impugnado sob o fundamento de que o pregoeiro deu início à fase de seleção das propostas de preço sem antes proceder à análise dos documentos de habilitação. A impugnação
 - deve ser acatada, pois a fase de habilitação tem necessariamente que preceder a de julgamento das propostas de preco.
 - procede, na hipótese de cuidar-se de licitação de grande vulto em que o pregão segue as regras, quanto à habilitação, da modalidade licitatória concorrência.
 - procede, pois a inversão de fases é admitida tão somente nas licitações dos denominados contratos de eficiência.
 - (D) improcede, pois a modalidade licitatória pregão estabelece a inversão de fases, iniciando-se a seleção pelo julgamento das propostas de preço, analisando-se, após o encerramento da etapa competitiva, os documentos de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar.
 - improcede, porque a inversão de fases é inovação procedimental típica dessa modalidade licitatória, tendo o pregoeiro, após o julgamento de preço, o dever de analisar os documentos de habilitação de todos os licitantes classificados.
- 10. Integram a Administração pública indireta, dentre outros, as empresas públicas e sociedades de economia mista que
 - são criadas por lei, sob regime de direito privado, para explorar atividade econômica de produção ou comercialização de bens, não para exploração de serviços públicos, pois estes exigem regime jurídico administrativo.
 - têm a criação autorizada por lei específica, personalidade jurídica de direito privado, podendo ambas explorar atividade econômica ou prestar serviços públicos.
 - (C) têm a criação autorizada por lei, sendo a empresa pública instituída para exploração de serviços públicos e a sociedade de economia mista para exploração de atividade econômica.
 - (D) são criadas por lei, sob o regime de direito administrativo, pois ambas podem prestar serviço público em regime de exclusividade ou não.
 - são criadas por seus estatutos jurídicos, independentemente de lei autorizativa, para explorar atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou prestação de serviços, ainda que o exercício econômico esteja sujeito ao regime de monopólio da União.
- A Administração pública, após editar ato administrativo, apercebeu-se de que, por razões de interesse público, necessitaria desfazê-lo. Para tanto,
 - deverá revogá-lo, o que produzirá efeitos ex nunc.
 - (B) poderá anulá-lo ou revogá-lo, decisão de caráter discricionário da autoridade competente.
 - (C) poderá anulá-lo, implicando efeitos ex tunc.
 - poderá revogá-lo, implicando efeitos ex tunc.
 - deverá anulá-lo ou revogá-lo, a depender dos efeitos almejados, o primeiro ex tunc e o segundo, obrigatoriamente, ex nunc.
- Com fundamento em posturas municipais e em razão da proximidade das festividades carnavalescas, o Poder público de uma grande Urbe instalou banheiros químicos nas vias e praças públicas e fixou multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para aquele que fosse flagrado urinando nas vias, equipamentos e monumentos públicos. Foi prevista a possibilidade de apresentação de recurso, no prazo de 30 dias da notificação, pelo administrado autuado descumprindo a regra de conduta estabelecida. Houve campanha educativa e de divulgação da referida política pública. Na hipótese descrita, a ação administrativa
 - é arbitrária, pois restringe de forma desproporcional a liberdade dos administrados, em especial considerando cuidar-se do carnaval, período de maior liberdade para os cidadãos, sendo a autuação nula, por abuso de poder.
 - (B) é legítima e tem por fundamento o poder de polícia, que está sujeito tanto a controle interno como a controle judicial.
 - é legítima e tem por fundamento o poder disciplinar, que condiciona direitos, interesses e liberdades, sempre em benefício da coletividade.
 - é ilegítima, pois, na hipótese descrita, o poder de polícia não autoriza a fixação de multa administrativa, por ausência de competência municipal, mas somente de taxa pelo exercício do referido poder.
 - é legítima e tem por fundamento o poder de polícia, que, na hipótese, somente está sujeito a controle interno, em razão da previsão do cabimento de recurso administrativo.



Noções de Administração

- 13. Um conceito utilizado em administração de materiais é o relativo aos custos de manutenção de estoque. Entre os apontados como inversamente proporcionais ao nível do estoque médio, incluem-se os custos de
 - (A) pedido ou de produção.
 - (B) armazenagem ou de perdas.
 - (C) capital ou de oportunidade.
 - (D) depreciação ou de obsolescência.
 - (E) carregamento ou de manutenção.
- 14. Um dos princípios orçamentários comumente apontados pela doutrina e que possui assento na Constituição Federal é o da não afetação, que traz, entre outras consequências,
 - (A) determinação aos ordenadores de despesa para indicação das dotações não afetadas a despesas específicas.
 - (B) impossibilidade de destinar receita proveniente de imposto a garantias em contratos de financiamento com a União.
 - (C) proibição de abertura de créditos adicionais com a utilização, como fonte de receita, de anulação de outras dotações.
 - (D) vedação à vinculação de produto de imposto de competência do ente federado a órgão, fundo ou despesa.
 - (E) obrigatoriedade de discriminação das despesas não vinculadas a dotações específicas, para fins de registro como restos a pagar.
- 15. No que concerne aos paradigmas da administração de recursos humanos, a denominada função de *staff* corresponde
 - (A) à área de apoio operacional da organização, situada nos níveis intermediários, considerada relevante porém não estratégica.
 - (B) à atuação dos gestores em relação às equipes sob sua supervisão, sendo uma quebra de paradigma em relação aos modelos clássicos.
 - (C) às funções de assessoria e consultoria do órgão central de recursos humanos da organização.
 - (D) à única atribuição alocada à área de RH consistente em dar suporte à contratação e gerenciamento de pessoal terceirizado.
 - (E) ao conceito de rotatividade *(turn over)* próprio das organizações contemporâneas e que demanda controle e reposição pela área de RH.

Legislação de Interesse Institucional

- 16. Hipoteticamente, o Deputado Estadual "X", Primeiro Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, deixou de comparecer, alternadamente e sem justificativa, a quatro reuniões ordinárias da Mesa. De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, ele
 - (A) não perderá o lugar de membro da Mesa, uma vez que só perderá o lugar o membro que deixar de comparecer a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas sem causa justificada.
 - (B) poderá perder o cargo, após regular processo administrativo, uma vez que o limite de faltas injustificadas alternadas permitidas é três.
 - (C) poderá perder o cargo, após regular processo administrativo, uma vez que o limite de faltas injustificadas alternadas permitidas é dois.
 - (D) não perderá o lugar de membro da Mesa, uma vez que só perderá o lugar o membro que deixar de comparecer a quatro reuniões consecutivas ou sete alternadas sem causa justificada.
 - (E) não perderá o lugar de membro da Mesa, uma vez que só perderá o lugar o membro que deixar de comparecer a duas reuniões consecutivas ou seis alternadas sem causa justificada.

- 17. De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, decidir em primeira instância recursos contra atos de dirigentes dos diversos serviços é competência do
 - (A) Vice-Presidente da Assembleia Legislativa.
 - (B) segundo secretário.
 - (C) Presidente da Assembleia Legislativa.
 - (D) primeiro secretário.
 - (E) terceiro e quarto secretários, dependendo da edição de Portaria regulamentar.

18. Considere:

- A personalidade de direito público.
- II. Patrimônio próprio, formado por bens originariamente livres do Estado de Sergipe, ou do Estado de Sergipe e de outras fontes, para assegurar a realização do fim específico da entidade.
- III. Desempenho de atividade que, suscetível de execução também pelo setor privado, corresponda a um dever constitucional do Estado de Sergipe.
 - Receita e quadro de pessoal próprio.

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 33/1996, todas as características indicadas acima são de

- (A) autarquias e sociedades de economia mista.
- (B) autarquias, apenas.
- (C) empresas públicas.
- (D) sociedades de economia mista, apenas
- (E) fundações públicas.
- 19. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Sergipe, o funcionário público efetivo primário que pratica usura sob qualquer forma está sujeito à penalidade de
 - (A) demissão a bem do serviço público e multa de até 60% dos vencimentos mensais do servidor.
 - (B) suspensão de até noventa dias.
 - (C) suspensão de até sessenta dias.
 - (D) repreensão e multa de até 60% dos vencimentos mensais do servidor.
 - (E) multa de até 70% dos vencimentos mensais do servidor.

20. Considere as seguintes hipóteses:

- I. Deputado investido no cargo de Ministro de Estado.
- II. Deputado investido no cargo de Chefe de Missão Diplomática temporária.
- III. Deputado licenciado pela Assembleia Legislativa para tratar, sem remuneração, de interesse particular quando o afastamento não ultrapassar cento e oitenta dias por sessão legislativa.
 - IV. Deputado investido no cargo de Secretário de Estado.

De acordo com a Constituição do Estado de Sergipe, o Deputado não perderá o mandato nas hipóteses indicadas APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II e III.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Atenção: As questões de números 21 a 25 referem-se ao texto seguinte.

1 Minha história começa numa ilha com pouco mais de duzentos habitantes, na baía de Todos os Santos. Uma fração de Brasil praticamente secreta, ignorada pelas modernidades e pelos mapas: nem o (quase) infalível Google Maps consegue encontrá-la. É nessa terra minúscula, a Ilha do Paty, que estão minhas raízes. O lugar é um distrito de São Francisco do Conde - município a 72 quilômetros de Salvador, próximo a Santo Amaro e conhecido por sua atual importância na indústria do 5 petróleo. Na ilha, as principais fontes de renda ainda são a pesca, o roçado e ser funcionário da prefeitura.

No Paty, sapatos são muitas vezes acessórios dispensáveis. Para atravessar de um lado para o outro na maré de águas verdes, o transporte oficial é a canoa, apesar de já existirem um ou outro barco, cedidos pela prefeitura. Ponte? Nem pensar, dizem os moradores, em coro. Quando alguém está no "porto" e quer chegar até o Paty, só precisa gritar: "Tomaquê!".

Talvez você, minha companhia de viagem, não saiba o que quer dizer "tomaquê". É uma redução, como "oxente", que quer dizer "O que é isso, minha gente". Ou "Ó paí, ó", que é "Olhe pra isso, olhe". Ou seja, é simplesmente "Me tome aqui, do outro lado da margem". É muito mais gostoso gritar "Tomaquê!".

Assim, algum voluntário pega sua canoa e cruza, a remo, um quilômetro nas águas verdes e calmas. Entre os dois pontos da travessia se gastam uns quarenta minutos. Essa carona carrega, na verdade, um misto de generosidade e curiosidade. Num lugar daquele tamanho, qualquer visita vira assunto, e é justamente o remador quem transporta a novidade.

(Adaptado de: RAMOS, Lázaro. Na minha pele. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017, p. 16-17)

Entende-se corretamente do texto:

10

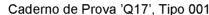
- (A) São Francisco do Conde é retratado como um lugar bem mais conhecido pelos leitores, o que dispensa detalhamento em sua apresentação.
- O comentário sobre os sapatos faz menção à umidade e às altas temperaturas da ilha do Paty.
- (C) Os moradores do Paty desejam melhorias no transporte, sem que, contudo, sejam feitas obras de impacto arquitetônico, como pontes.
- A viagem tradicional de canoa entre o "porto" e a ilha do Paty envolve não apenas o deslocamento das pessoas.
- Um dos principais motivos para a viagem do "porto" à ilha ser considerada tão demorada pelo voluntário é a longa distância entre os dois pontos.

É correta a seguinte afirmação:

- (linha 2) O posição do advérbio praticamente na frase impõe a leitura de que a localidade não é secreta, mas é totalmente ignorada pelas modernidades e pelos mapas.
- (linha 2) A ressalva entre parênteses indica que, apenas com muita dificuldade, o Google Maps foi capaz de localizar a (B) ilhota.
- (C) (linha 5) O uso de ainda implica necessariamente o julgamento de que é indesejável o atraso das atividades lucrativas realizadas na ilha.
- (linha 8) O emprego das aspas em "porto" indica a imprecisão da palavra para descrever o espaço.
- (última linha) O segmento é justamente o remador quem transporta a novidade denota que, embora isso seja inesperado, os aparentemente generosos canoeiros são indiscretos.
- 23. Talvez você, minha companhia de viagem, não saiba o que quer dizer "tomaquê". É uma redução, como "oxente", que quer dizer "O que é isso, minha gente". Ou "Ó paí, ó", que é "Olhe para isso, olhe". Ou seja, é simplesmente "Me tome aqui, do outro lado da margem". É muito mais gostoso gritar "Tomaquê!".

Considerado o fragmento, em seu contexto, nota-se que o autor

- opera com uma escala em que "oxente" e "Ó paí, ó" são supostamente mais bem conhecidos pelo leitor e, por isso, usa essas expressões para sustentar uma analogia.
- reconhece que as expressões citadas têm uso restrito à região do Paty, razão pela qual explica pormenorizadamente o processo de formação e o significado de cada uma delas.
- tem consciência de que os elementos que analisa são três substantivos abstratos, marcando esse fato na ortografia e no uso de aspas.
- assume que as expressões regionais pertençam à linguagem popular e informal, mantendo-se estritamente nesse registro ao propor equivalências de significado.
- mostra que cada sílaba de "oxente", "Ó paí", ó e Tomaquê corresponde a uma específica palavra dessas expressões da linguagem corrente no Brasil.





- Na norma-padrão do Português do Brasil, a oração Entre os dois pontos da travessia se gastam uns quarenta minutos ainda estaria correta, e na voz passiva, se alterada para: "Entre os dois pontos da travessia
 - o viajante vêm gastando uns quarenta minutos".
 - (B) são gastos uns quarenta minutos".
 - (C) os viajantes gastam uns quarenta minutos".
 - gasta uns quarenta minutos". (D)
 - têm-se gastado uns quarenta minutos".
- 25. Ponte? Nem pensar, dizem os moradores, em coro.

Há um comentário correto sobre o fragmento transcrito acima em:

- Aceita a interpretação que o faz corresponder, em discurso direto, a "Os moradores diziam, em coro, que ponte nem
- Em discurso direto, para fazer jus ao sentido desejado, deveria ser apresentado assim: "- Ponte? Oferecem as autoridades (B) municipais
 - Nem pensar! Dizem os moradores, em coro".
- Para adequar-se à norma-padrão, precisa ter a pontuação alterada para: "Ponte, nem pensar? Dizem os moradores em
- (D) Apresenta equívoco no emprego de vírgula, que é corrigido assim: "Ponte? Nem pensar, dizem, os moradores em coro".
- Para ficar completo e adequado à norma-padrão, deve ser reformulado, em discurso indireto, assim: "Os moradores refutam, em coro, a possibilidade de se pensar em ponte".

Atenção: As questões de números 26 a 30 referem-se ao texto seguinte.

Dialeto do Planalto

Brasília é recente – foi fundada há menos de 60 anos –, mas, com contribuições de várias partes do país, formou a própria identidade. Descubra expressões típicas de lá que ajudam a revelar o jeito de ser do povo da capital federal.

Ele é muito **aguado**.

Refere-se a alguém que chora por qualquer coisa e de forma fingida – ou seja, um manteiga-derretida especializado em lágrimas de crocodilo.

Nunca vi garçom tão apagado!

É assim que os brasilienses se referem a alguém lento, lerdo. "Apagar" também pode ser sinônimo de assassinar.

Só pode ser **agá**.

"Agá", em Brasília, é piada. E por lá corre o seguinte "agá": não é à toa que o prédio do Congresso Nacional tem o formato dessa letra

Eu vou de camelo.

Famoso por fazer parte da letra da música Eduardo e Mônica, da Legião Urbana, o termo "camelo" denota bicicleta.

Quando ela chegou, dei de cabrito.

Sabe-se lá por que o filhote da cabra ganhou essa fama no Distrito Federal: "dar de cabrito" é sair de fininho, à francesa.

(Adaptado de: IACONIS, Heloísa. Todos. São Paulo: Mol, Fevereiro/março, p. 37)

- 26. Acerca do título e do primeiro parágrafo, é correto afirmar:
 - (A) Assevera-se que a identidade de uma região ou grupo é conquistada após longo período de existência histórica.
 - Propõe-se que o jeito de ser do povo de Brasília seja pouco interessante, por isso se usa o eufemismo que menciona sua origem heterogênea.
 - (C) A referência a uma localidade no título gera ambiguidade, pois a palavra pode remeter tanto a um espaço geográfico, quanto a uma específica esfera do poder político nacional.
 - Defende-se que o linguajar seja o principal traço da cultura brasiliense, cultura supostamente menos marcante em outros aspectos, devido à sua jovialidade.
 - O esclarecimento entre travessões contradiz o que se afirma anteriormente, gerando os efeitos de sentido de humor e ironia.

27 É correto afirmar:

- A articulação do texto explora, além das relações linguísticas, recursos gráficos, permitindo estes, por exemplo, a precisa identificação do elemento que se define.
- O uso simultâneo da expressão popular sair de fininho e da expressão erudita sair à francesa confirma, pela heterogeneidade dos registros, o tom jocoso do texto.
- O emprego de essa, em essa fama, é inapropriado, uma vez que não há referência anterior nem posterior ao termo fama. (C)
- O parágrafo em que se define *aguado* oferece como sinônimo, após o segmento *ou seja*, uma única expressão popular em todo o país.
- No trecho do texto relativo a agá, o uso de aspas é inconsistente e dificulta a identificação da palavra sinônima. (E)



- 28. A alternativa que apresenta alterações em fragmento do texto, mantendo a correção e o sentido originais, é
 - (A) As palavras referem-se a pessoas que choram por quaisquer coisas e de forma fingida ou seja, uns manteigas-derretidas especializados em lágrimas de crocodilo.
 - (B) As palavras referem-se à pessoas que choram por quaisquer coisas e de forma fingida ou seja, manteigas-derretida especializados em lágrimas de crocodilo.
 - (C) As palavras refere-se à pessoas que chora por quaisquer coisas e de forma fingida ou seja, uns manteigas-derretidas especializadas em lágrimas de crocodilo.
 - (D) As palavras refere-se à pessoas que choram por quaisquer coisas e de forma fingida ou seja, uns manteiga-derretidas especializados em lágrimas de crocodilo.
 - (E) As palavras referem-se à pessoas que choram por quaisquer coisas e de formas fingidas ou seja, umas manteigasderretidas especializados em lágrimas de crocodilo.
- 29. Comentário correto está expresso em:
 - (A) Em não é à toa, a expressão destacada introduz circunstância de modo, tal como o que se verifica em "Eram uns trocados à toa".
 - (B) Em Refere-se a alguém que chora, o elemento destacado tem a função de sujeito do verbo "chorar".
 - (C) Em sabe-se **Iá**, o elemento destacado traz circunstância de lugar e retoma, implicitamente, o termo *Brasília*, tal como neste outro trecho do texto: *E por Iá*, *corre o seguinte agá* [...].
 - (D) Considerada a estrutura do fragmento, é correta a seguinte equivalência: especializado em lágrimas de crocodilo / "que se especializa em lágrimas de crocodilo".
 - (E) Em Quando ela chegou, dei de cabrito, o segmento destacado pode ser substituído, sem prejuízo do sentido, da clareza e da correção, por "Ela chegando, dei de cabrito".
- 30. A alternativa em que os elementos destacados pertencem à mesma classe de palavras é:
 - (A) muito aguado / de forma fingida.
 - (B) tão apagado / alguém lento.
 - (C) Eu vou de camelo l ou seja.
 - (D) qualquer coisa / Famoso por fazer parte.
 - (E) um manteiga-derretida / lá corre o seguinte "agá".

Atenção: As questões de números 31 a 34 referem-se ao texto seguinte.

Como eu era protestante, não pulei Carnaval durante a minha infância, nas décadas de 1950 e 1960. No entanto, eu e meu pai cantávamos muitas das marchinhas que ouvíamos no rádio, numa época em que a TV ainda não existia. Uma de que eu gosto muito diz assim: "laiá, cadê o jarro? O jarro que eu plantei a flor. Eu vou te contar um caso: eu quebrei o jarro e matei a flor". Hoje já não há marchinhas tão interessantes, quase não sinto beleza nelas. Mas gosto muito dos sambas-enredo, verdadeiras epopeias."

(Adaptado de: ROSA, Yêda Stela. 70 anos, de São Luiz. A-lá-lá- ô, ô, ô, ô, ô. Todos. São Paulo: Mol, Fevereiro/Março, p. 22)

- 31. Sobre o texto, é correto afirmar:
 - (A) a autora era protestante e seu pai não, uma vez que, com ele, ela tinha permissão para ouvir as marchinhas carnavalescas.
 - (B) a autora deixou de acompanhar a produção de marchinhas, que não preservam a beleza de meados do século 20, passando a dedicar sua atenção aos sambas-enredo.
 - (C) na marchinha mencionada, o anúncio de que um caso será contado cria a expectativa de narração de variadas peripécias, expectativa atendida após os dois-pontos.
 - (D) na marchinha, o discurso direto, sem marcação precisa dos interlocutores, gera dificuldade para a determinação de quem diz *eu quebrei o jarro e matei a flor*, dificuldade eliminada pelo contexto.
 - (E) em *eu quebrei o jarro e matei a flor*, o contexto impõe a interpretação de que a oração iniciada por "e" insere um evento resultante da ação de "quebrar", não sendo admissível interpretar que a conjunção apenas introduza um acréscimo.
- 32. Considerando a regência e a estruturação das sentenças, a alternativa em que as duas construções estão corretas é:
 - (A) Uma de que eu gosto / Fez promessas das quais não me esqueci.
 - (B) numa época em que a TV ainda não existia / Numa época aonde a corrupção não era divulgada.
 - (C) muitas das marchinhas que ouvíamos no rádio / Muitos dos desfiles cuja a transmissão assistíamos pela TV.
 - (D) O jarro que eu plantei a flor / O poço o qual caíram as chaves.
 - (E) numa época em que a TV ainda não existia / Numa época que precisamos voltar.



- Quanto ao emprego das formas verbais destacadas, está correta a seguinte observação:
 - eu quebrei o jarro e matei a flor: descrevem eventos de longa duração, desacelerando a narrativa.
 - O jarro que eu plantei a flor: pela correlação com os outros eventos, deveria ser substituído por "teria plantado".
 - ouvíamos é forma que sinaliza a reiteração incessante da ação de ouvir.
 - Como eu era protestante, não pulei Carnaval durante a minha infância: considera-se um intervalo de duração mais longa, no qual se destaca um evento mais pontual.
 - Eu vou te contar um caso: tem-se futuro estabelecido em relação ao evento descrito em "plantar", isto é, em relação ao passado.
- 34. No entanto, eu e meu pai cantávamos muitas das marchinhas que ouvíamos no rádio, numa época em que a TV ainda não existia

Mantém o sentido e a correção originais da frase acima:

- (A) No entanto, a gente cantava as marchinhas que ouvíamos no rádio, numa época em que faziam poucos anos que a TV existia.
- Porém, eu e meu pai cantávamos muitas das marchinhas ouvidas no rádio, numa época em que ainda não existia muitas emissoras de TV.
- Contudo, meu pai e eu cantávamos muitas das marchinhas que escutávamos no rádio, em uma época em que ainda não havia a TV.
- (D) Porquanto que eu e meu pai cantávamos muitas marchinhas escutadas no rádio, numa época onde não haviam outros entretenimentos.
- Ainda assim, meu pai e eu entoávamos muitas das marchinhas tocadas à rádio, quando ainda não tinham TVs. (E)

Atenção: As questões de números 35 a 40 referem-se ao texto seguinte.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

PORTARIA Nº 195, de 20 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre o credenciamento da imprensa no âmbito da Presidência da República, e dá outras providências.

O Secretário Especial de Comunicação Social da Presidência da República, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 16, incisos V e VIII, da Estrutura Regimental da Casa Civil da Presidência da República, aprovada pelo Decreto n° 8.889, de 26 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre as normas de credenciamento da imprensa junto à Presidência da República.

[...]

Art. 4º O credenciamento será concedido a repórteres, repórteres fotográficos e cinematográficos e técnicos que tenham vínculo com jornais, agências de notícias, veículos da internet, revistas, emissoras de rádio ou de televisão e agências de fotojornalismo que tenham sede ou sucursal em Brasília, devidamente registrados no CNPJ, que realizam publicações em portais de notícias e mídia impressa e além dos profissionais de imprensa vinculados a órgãos da imprensa estrangeira, mediante os seguintes critérios:

I – uma mesma pessoa não poderá ser credenciada por mais de uma empresa e em mais de uma categoria profissional;

II – poderão ser credenciados mais de uma empresa ou grupo de empresas, conforme a área de interesse ou característica do veículo.

[...]

Art. 6º O credenciamento anual, inclusive dos profissionais de imprensa brasileiros que trabalhem em empresas estrangeiras, deve ser requerido, por meio de cadastramento eletrônico, no sítio do Planalto: http://www2.planalto.gov.br/area-de-imprensa, preenchendo a ficha de dados cadastrais e anexando a seguinte documentação em formato pdf único [...]

(Presidência da República, Disponível em: http://www2.planalto.gov.br)

- Admite-se como correto o seguinte comentário sobre a portaria:
 - De caráter instrutivo e apoiando-se na legislação vigente, informa quais são os novos procedimentos para o credenciamento de profissionais da imprensa, brasileiros ou estrangeiros.
 - De caráter complementar, o documento é destinado ao esclarecimento das necessárias distinções entre brasileiros e estrangeiros que atuem como profissionais da imprensa, destacando a prioridade de acesso a credenciamento conferida aos primeiros.
 - De caráter interno, funciona como elemento norteador do trabalho dos funcionários responsáveis pelo credenciamento da imprensa, dispondo sobre questões burocráticas e procedimentais inacessíveis ao cidadão comum.
 - Obedecendo ao caráter normativo desse tipo de documento, emprega estruturas que definem (com o verbo "ser") e regulamentam (com verbos como "poder" e "dever").
 - De caráter propositivo, expõe as recomendações do Secretário Especial de Comunicação Social da Presidência da República (com os verbos "ser" e "poder"), as quais, a partir da data de sua publicação, devem ser submetidas ao crivo popular.



36. A redação do Art. 4º

- (A) respeita a correção e, principalmente, a clareza necessária às comunicações oficiais, não havendo nela qualquer óbice à plena compreensão do conteúdo.
- (B) respeita plenamente os princípios da impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade, tal como preveem as normas de redação oficial.
- (C) desvia-se das normas gramaticais atuais para atender a certa tradição, aspecto também cultuado na documentação redigida pelos órgãos oficiais brasileiros.
- (D) permite uma série de interpretações, na medida em que dispõe tanto sobre os profissionais quanto sobre os órgãos credenciáveis, em linguagem obscura e incorreta.
- (E) propicia falta de clareza, sobretudo pelo acúmulo de especificações e pelo segmento introduzido por e além.

37. Considere:

- I uma mesma pessoa não poderá ser credenciada por mais de uma empresa e em mais de uma categoria profissional;
- II poderão ser credenciados mais de uma empresa ou grupo de empresas, conforme a área de interesse ou característica do veículo.

Manteria o sentido e estaria também correta a reescrita de um dos fragmentos acima:

- (A) II mais de uma empresa ou grupo de empresas poderão ser credenciados, conforme a área de interesse ou característica do veículo.
- (B) II poderão ser credenciados, mais de uma empresa ou grupo de empresas, conforme a área de interesse ou característica do veículo.
- (C) I por mais de uma empresa e, em mais de uma categoria profissional uma mesma pessoa não poderá ser credenciada.
- (D) I uma mesma pessoa, não poderá ser credenciada por mais de uma empresa e, em mais de uma categoria profissional.
- (E) II poderão ser credenciados, mais de uma empresa, ou grupo de empresas conforme a área, de interesse ou característica do veículo.

38. Está correta a seguinte reescrita de trecho do artigo 6º:

- (A) O credenciamento anual, inclusive dos profissionais de imprensa brasileiros que trabalhem em empresas estrangeiras, deve ser requerido / O credenciamento anual incluso os profissionais de imprensa brasileiros, que trabalhem em empresas do exterior deve ser requisitado.
- (B) area-de-imprensa, preenchendo a ficha de dados cadastrais e anexando a seguinte documentação em formato pdf único / área-de-imprensa. Deve-se preencher os dados cadastrais e anexar a seguinte documentação, em formato pdf e em um único arquivo.
- (C) preenchendo a ficha de dados cadastrais e anexando a seguinte documentação em formato pdf único / ao preencher a ficha de dados cadastrais e anexar a seguinte documentação em formato pdf único.
- (D) deve ser requerido, por meio de cadastramento eletrônico, no sítio do Planalto / deve ser requerido atravéz de cadastramento eletrônico no site do Planalto.
- (E) preenchendo a ficha de dados cadastrais e anexando a seguinte documentação em formato pdf único / que preenche a ficha de dados cadastrais e anexa a seguinte documentação em formato pdf único.
- 39. Todas as palavras estão acentuadas corretamente em:
 - (A) âmbito, mantê-lo-ía.
 - (B) dá, lêem, benção.
 - (C) européia, fôrma, ítem.
 - (D) providências, previdência, mídia.
 - (E) veículo, intuíto, enjôos.
- 40. Todas as palavras estão grafadas em conformidade com a ortografia vigente em:
 - (A) Foram registradas paralizações no transporte inter-municipal.
 - (B) Está claro que a reação a essa impopular medida é iminente.
 - (C) Cada seção plenária da câmara bahiana terá duas horas de debate.
 - (D) Se vierem falar com agente, diga que não temos nada haver com o assunto.
 - (E) Para reinvindicar novos suprimentos, é preciso assinalá-los com asterísticos nesta lista.



As questões de números 41 a 50 referem-se ao texto seguinte.

Não faz muito tempo, fui assistir à ópera "As Bodas de Fígaro", de Mozart. Lá para o final, o personagem mais importante, Fígaro, faz um retrato cruel das mulheres. Diz: "Abram um pouco os olhos, homens incautos e bobos. Olhem essas mulheres, olhem o que elas são". Segue enumerando: "São bruxas que enfeitiçam para nos deixar sofrendo... São rosas espinhosas, raposas maliciosas, mestras de engano e de angústias, que fingem e mentem, que amor não sentem, não sentem piedade".

No século 18, quando essa ópera foi composta, a sala toda ficava iluminada. Não se deixava o público no escuro, como hoje. Os cantores podiam então interpelar diretamente a assistência. Na montagem que vi, o diretor de cena teve a ideia de acender as luzes da sala durante a ária de Fígaro, que saiu do palco e dirigiu-se diretamente aos homens presentes.

Quando ele passava pelo corredor entre o público, uma senhora furiosa levantou-se. Fez o sinal de "não" nas fuças do pobre cantor e retirou-se protestando em voz alta. De início, pensei que fosse parte do espetáculo - hoje em dia, com as montagens modernas, tudo é possível. Mas não, era uma feminista embravecida.

Ela poderia ter prestado mais atenção. O tema nuclear de "As Bodas de Fígaro" é atual: trata-se de desmascarar, denunciar e punir um poderoso aristocrata que é violento predador sexual.

Aquela senhora não deu tempo para a conclusão da ópera, não chegou a ver a condenação do conde brutal. Tal suscetibilidade, irritada pela situação em que, injustamente, as mulheres são mantidas em nossas sociedades, é compreensível. Levou-a a partir antes que as acusações de Fígaro contra o gênero feminino fossem desmentidas. Indignou-se cedo demais.

Indignação: eis o problema. Nunca tive simpatia por essa palavra. Pressupõe cólera e desprezo. Quando estamos sozinhos, a indignação nos embriaga como se fosse uma droga. Arrebata a alma, enfurece as vísceras, dilata os pulmões e nos faz acreditar na veemência do nosso ódio. Viramos heróis justiceiros diante de nós mesmos.

A solidão indignada faz grandes discursos interiores contra aquilo que erigimos como inimigo. Serve para dar boa consciência. É autossatisfatória. Um prazer solitário. Exaltados, arquitetamos vinganças e reparações. Depois, o balão murcha, sobrando apenas nossa miserável impotência.

Ao se manifestar na presença de outra pessoa, ou de duas, ou num pequeno grupo, a indignação leva ao descontrole. Nervosos, falamos alto e dizemos coisas que, na calma, jamais pronunciaríamos.

Quando um de seus heróis se deixa levar pelos discursos coléricos, Homero faz alguém sempre repreender: "Que palavras ultrapassaram a barreira de teus dentes!". Porque não somos mais nós que falamos, mas algo que está em nós e que ocupou nosso corpo esvaziado de qualquer poder reflexivo: a indignação. Assim também ocorre com os jorros furibundos de palavras que inundam as redes sociais

A multidão indignada é, por sua vez, uma catástrofe. Tomada por um furação de pulsões, ela atropela, esmaga, lincha. A indignação trava as forças racionais. Alimentada pelas paixões, usa uma aparência de razão como fole para soprar nas brasas. Está claro, aceita só argumentos que servem a reforçar e ampliar seu domínio. É feita de radicalismos. Obs. ária: parte de uma ópera executada por voz solista.

(Adaptado de: COLI, Jorge. Folha de S.Paulo, 4 de fevereiro de 2018, A2)

- 41. O título adequado ao texto acima, por indicar o seu tema central, é
 - "As Bodas de Fígaro", de Mozart.
 - (B) A figura do herói, de Homero a Mozart.
 - (C) Um prazer solitário.
 - (D) A atualidade de uma ópera do século XIX.
 - Retrato de mulheres. (E)
- 42. Jorge Coli, em seu texto,
 - (parágrafo 1) declara Não faz muito tempo, fui assistir à ópera "As Bodas de Fígaro", de Mozart, para fundamentar a ideia exposta mais adiante de que O tema nuclear de "As Bodas de Fígaro" é atual.
 - (parágrafo 2) refere-se ao século 18 para caracterizar uma prática de iluminação teatral que, em desuso na contemporaneidade, propiciou episódio inusitado quando foi adotada em espetáculo recente.
 - (parágrafo 3) cita montagens modernas para criticar adaptações de hoje em dia, que, ao introduzir novas cenas, rejeitam o sentido da obra original.
 - (parágrafo 3) critica a atitude da senhora furiosa, atribuindo o que ela fez a seu desconhecimento do tema da ópera famosa a que assistia.
 - (parágrafo 5) considera compreensível a sensibilidade da senhora quanto às questões de gênero, mas censura a feminista por expressar publicamente sua posição acerca das figuras masculinas.



- 43. Considerado o contexto, está corretamente compreendido o seguinte trecho original (parágrafos 6 e 7):
 - (A) nos faz acreditar na veemência do nosso ódio / a solidão nos faz crer na verdadeira superação de nosso ódio.
 - (B) Viramos heróis justiceiros diante de nós mesmos / Indignados e solitários, nos tornamos, por mérito somente de nós mesmos, heróis a serviço da justiça.
 - (C) faz grandes discursos interiores contra aquilo que erigimos como inimigo / produz, silenciosamente, argumentos opostos aos daqueles que comprovadamente agem como inimigos.
 - (D) Viramos heróis justiceiros diante de nós mesmos / Indignados e solitários, temos a ilusão de sermos heróis a serviço da justiça.
 - (E) nos faz acreditar na veemência do nosso ódio / faz que a gente creia que nosso ódio é vigoroso e justo.
- 44. Releia com atenção o parágrafo 9 e considere as afirmações que seguem.
 - I. Coli cita Homero para compará-lo a Mozart no que se refere ao trato das personagens: o primeiro repreende o excesso que elas possam cometer, o segundo, não, como o comprova o retrato que Fígaro faz das mulheres.
 - II. As palavras de repreensão de que Homero se utiliza são tomadas por Coli como evidência de que, quando nos manifestamos de modo colérico, não somos nós os sujeitos das falas, mas a própria cólera.
 - Coli estabelece similaridade entre certos discursos de personagens de Homero e certos jorros de palavras que inundam as redes sociais baseado no elemento comum "ausência de reflexão imposta pela exaltação violenta dos ânimos".

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) II e III, apenas.
- 45. A multidão indignada é, por sua vez, uma catástrofe. Tomada por um furacão de pulsões, ela atropela, esmaga, lincha. A indignação trava as forças racionais. Alimentada pelas paixões, usa uma aparência de razão como fole para soprar nas brasas. Está claro, aceita só argumentos que servem a reforçar e ampliar seu domínio. É feita de radicalismos.

Sobre o trecho acima reproduzido, em seu contexto, afirma-se com correção:

- (A) A expressão por sua vez sinaliza que um específico paralelismo está desenvolvido no texto, paralelismo que correlaciona dois tipos de situação em que a indignação se instala.
- (B) O segmento Tomada por um furação de pulsões expressa a consequência das ações indicadas no mesmo período.
- (C) A sequência ascendente ela atropela, esmaga, lincha denota sucessão inevitável em episódios de violência praticada coletivamente.
- (D) O segmento que servem a reforçar e ampliar seu domínio caracteriza argumentos, mencionando qualidades que são acessórias, dispensáveis, portanto, ao sentido que deve ser atribuído à frase.
- (E) A declaração É feita de radicalismos refere-se estritamente ao que se enuncia em A multidão indignada é, por sua vez, uma catástrofe, pois nenhuma outra frase cita atitude extrema.
- 46. [A indignação] Alimentada pelas paixões, usa uma aparência de razão como fole para soprar nas brasas.

Entende-se corretamente da frase acima, considerada no contexto em que está inserida:

- (A) A indignação, quando alimentada pelas paixões, é capaz de assumir a aparência de razão.
- (B) Por ser alimentada pelas paixões, a indignação se vale de astúcia para intensificar sua potência.
- (C) A razão, ao alimentar a indignação, é como corrente de ar que sopra sobre as brasas.
- (D) Ainda que a indignação a use como aparência, a razão é o fole que abate as brasas.
- (E) Ao criar a imagem de fole soprando sobre brasas, a indignação ativa a combustão das suas paixões.
- 47. Não faz muito tempo, fui assistir à ópera "As Bodas de Fígaro", de Mozart.

A frase estará clara e em conformidade com a norma-padrão se o trecho destacado for substituído por:

- (A) que o autor dela é Mozart.
- (B) sendo que elas são de Mozart.
- (C) que o autor é Mozart.
- (D) da qual Mozart é autor.
- (E) de que a autoria é de: Mozart.



- Em cada alternativa, um segmento do texto, redigido em conformidade com a norma-padrão, vem associado a uma frase inspirada no original. A frase associada que está gramaticalmente correta, segundo a mesma norma, é:
 - Pressupõe cólera e desprezo / Se ela se predispor a rever sua posição, o caso estará encerrado.
 - Tal suscetibilidade [...] é compreensível / Tais suscetibilidade e irritação pela situação das mulheres são, com certeza, bem compreensível.
 - (C) e nos faz acreditar na veemência de nosso ódio / e faz que acreditamos na veemência de nosso ódio.
 - (D) dirigiu-se aos homens presentes / dirigiu-se àqueles homens sentados na primeira fileira.
 - (E) um de seus heróis se deixa levar pelos discursos coléricos / seus heróis se deixam levarem pelos discursos coléricos.
- 49. (parágrafo 5) Indignou-se cedo demais

Deduz-se corretamente da frase acima, em seu contexto:

- (A) A senhora deveria expressar sua justa indignação depois de o cantor dialogar com o público.
- (B) A senhora deveria ter esperado o final da ópera, pois somente assim sua indignação seria aplaudida.
- (C) Toda indignação é bem-vinda, desde que se manifeste na hora certa.
- (D) Enfurecer-se antes do final de uma contenda é o que prova que a indignação constitui um problema.
- A indignação da senhora foi prematura e injustificável.
- Porque não somos mais nós que falamos, 50.

A alternativa que deve ser preenchida com palavra da mesma grafia da acima destacada, iniciada por letra minúscula, é:

- Eles confirmaram todo o depoimento, não sei resolveram alterá-lo.
- Não somos mais nós que falamos? (B)
- (C) Seu discurso nos incomodou se baseia em falsas premissas.
- Ontem, ele saiu sem se despedir? (D)
- (E) Todos procuram o desse intensa desesperança.

As questões de números 51 a 55 referem-se ao texto seguinte. Atenção:

No dia 8 de fevereiro de 1600, depois de quase oito anos de detenção, Giordano Bruno foi conduzido à residência do cardeal Mandruzzo para ouvir, na presença de oito cardeais inquisidores e de algumas testemunhas ligadas à Igreja, além de uma multidão de curiosos, a sentença que o declarava herético impenitente e obstinado. De acordo com as regras do Santo Ofício, depois da condenação ele foi entregue ao governador de Roma para ser punido. Bruno não tinha a menor ilusão quanto ao significado da sentença que fora proferida, mas, ainda assim, diante de todos afirmou confiante aos cardeais, como relata uma testemunha ocular do ocorrido: "Tendes mais medo ao proferir a sentença do que eu que a recebo". Dias depois – 17 de fevereiro –, ele foi queimado vivo no Campo Dei Fiori, lugar tradicional de suplício das vítimas da Inquisição em Roma. Nesse mesmo largo, uma estátua de bronze domina hoje a área central, como se o desafio lançado naquele dia frio do inverno romano continuasse a se dirigir aos que acreditavam triunfar ao condenar à morte uma das 10 mentes mais férteis e criativas da Renascença.

Obs.: Giordano Bruno (1548-1600): teólogo, filósofo, escritor e religioso italiano.

impenitente: que não demonstra arrependimento.

(Adaptado de: BIGNOTTO, Newton. Intolerância religiosa e a morte de um intelectual. In: O silêncio dos intelectuais. Org. Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 247)

Entende-se corretamente do texto:

- Giordano Bruno foi conduzido à residência do cardeal Mandruzzo para receber a sua sentença porque já havia cumprido oito anos de detenção.
- No dia 8 de fevereiro de 1600, Giordano Bruno ouviu a sentença, mas não fazia ideia do que condenação por heregia poderia implicar.
- O desafio de Bruno, em Roma, dirigido aos que então se sentiam vencedores, parece eternizado na estátua de bronze colocada na praça em que foi supliciado.
- (D) Campo Dei Fiori foi escolhido para o suplício de Bruno por ser o lugar onde a tradição romana se enraíza.
- Testemunhas ligadas à Igreja comprovaram, diante de multidão de curiosos, as evidências da heresia que condenou à morte uma das mais férteis e criativas mentes da Renascença.

5



- 52. No texto, exemplo de enunciado em que o falante deixa marca de que está colocando distância entre ele e o conteúdo da afirmação que faz é:
 - (A) ... diante de todos afirmou confiante aos cardeais, como relata uma testemunha ocular do ocorrido: "Tendes mais medo ao proferir a sentença do que eu que a recebo".
 - (B) para ouvir, na presença de oito cardeais inquisidores e de algumas testemunhas ligadas à Igreja, além de uma multidão de curiosos, a sentença que o declarava herético impenitente e obstinado.
 - (C) Bruno não tinha a menor ilusão quanto ao significado da sentença que fora proferida.
 - (D) No dia 8 de fevereiro de 1600, depois de quase oito anos de detenção, Giordano Bruno foi conduzido à residência do cardeal Mandruzzo.
 - (E) Dias depois 17 de fevereiro –, ele foi queimado vivo no Campo Dei Fiori.
- 53. É correta a seguinte afirmação:
 - (A) Em que o declarava <u>herético impenitente e obstinado</u>, o segmento destacado é complemento direto do verbo.
 - (B) A forma verbal Tendes indica que Giordano Bruno dirigiu-se diretamente a um dos inquisidores, o que iria ler a sentença.
 - (C) O segmento lugar tradicional de suplício das vítimas da Inquisição em Roma, de natureza nominal, tem valor explicativo, acrescentando um dado ao termo a que está justaposto.
 - (D) Os travessões em 17 de fevereiro isolam informação considerada de menor relevância no contexto, motivo pelo qual poderiam ser substituídos unicamente por parênteses.
 - (E) A expressão coesiva Nesse mesmo largo, ao retomar o Campo dei Fiori, é pleonástica deveria ser evitada, por meio de "No mesmo largo" ou "Nesse largo"-, pois a reduplicação não acrescenta traço algum de sentido ao texto.
- 54. Bruno <u>não tinha a menor ilusão quanto ao significado da sentença que fora proferida</u>, mas, ainda assim, [...] afirmou confiante [...]: "Tendes mais medo ao proferir a sentença do que eu que a recebo".

Propõe-se outra redação para o segmento acima, iniciada por **Bruno afirmou confiante "Tendes mais medo ao proferir a sentença do que eu que a recebo"**. Para que o sentido e a correção originais não sejam prejudicados, a ligação entre essa frase e a destacada deve se dar por meio do seguinte conector:

- (A) porque.
- (B) embora
- (C) já que.
- (D) portanto.
- (E) desde que
- 55. É correto o seguinte comentário:
 - (A) (linha 1) foi conduzido: tem o mesmo valor que "tinha sido conduzido".
 - (B) (linha 4) para ser punido: pode ser substituído por "para que pudesse ser punido", sem prejuízo da correção e do sentido originais.
 - (C) (linha 5) fora proferida: indica fato que se dá em simultaneidade com o exposto em Bruno não tinha a menor ilusão quanto ao significado da sentença.
 - (D) (linha 6) ao proferir a sentença: exprime ideia de "condição".
 - (E) (linha 9) ao condenar. tem valor temporal.



As questões de números 56 a 58 referem-se ao texto seguinte.

Quando a notícia chegou, pegou de surpresa. Dias antes tinham sabido que o contêiner com as coisas do circo ia chegar no tempo certo, que dava pra montar logo o picadeiro e começar a função. Foi difícil o gerente dizer à trupe que tinham de adiar a estreia.

O que se ouvia era coisa assim: "Caramba", "Tragédia"; "Não dá nem pra pensar"; "Que que a garotada vai falar?". Diferente só mesmo o mal-humorado adestrador de cães: "Não tô nem aí, quando chegar, chegou". Depois, a angústia tomou conta. O palhaço andava pra lá e pra cá. Até que ele, sempre o fiel da balança, anunciou com alarde: "Os artistas já estão aqui! Vai ter espetáculo, sim. Mãos à obra". Ninguém sabia se acreditava ou não, mas se apresentavam como bons soldados à ordem do comandante.

(Pietro Paulo Sigueira, inédito)

- É INCORRETA a seguinte observação:
 - No parágrafo 1, a sequência dos períodos dá-se por meio de um marcador temporal (Dias antes) e, depois, na falta de conector explícito, marcada pelo ponto final, por meio de conector que o leitor atribui com base no contexto ("Por isso").
 - A palavra "coisa", de uso coloquial, é empregada em tantas acepções, que não permite delimitação plena de seus possíveis significados, motivo pelo qual pode ser denominada "palavra-ônibus", que acolhe muitos deles.
 - (C) As formas verbais ia e dava exemplificam o emprego do pretérito imperfeito do indicativo em lugar do futuro do pretérito.
 - Na última linha, a conjunção "ou" exprime possibilidades que se excluem.
 - É marca do uso informal da linguagem o emprego das palavras contêiner, Caramba e Tragédia.
- 57. O leitor que desconhecer o significado da expressão fiel da balança poderá, pelo contexto, deduzir que diz respeito a quem
 - (A) guia pensamentos e ações.
 - (B) é devotado à especialização na prática circense.
 - (C) é imparcial e equilibrado.
 - (D) é leal aos seus princípios.
 - pesa bem aquilo que vai dizer.
- 58. A palavra destacada na frase Ninguém sabia se acreditava ou não.
 - introduz oração que exerce a função de sujeito.
 - introduz oração que exerce a função de objeto direto de sabia.
 - (C) introduz oração que expressa uma condição.
 - (D) expressa ideia de reflexividade, como em "Machucou-se com o martelo".
 - expressa ideia de reciprocidade, como em "Pedro e Maria se amam".
- 59. Senhor Ministro, tratam-se de pendências de cuja avaliação, feita por Vossa Excelência, não podemos dispensar. Ela é (1)

absolutamente imprescindível. Os técnicos ficarão a espera de vossa consideração para dar continuidade ao projeto. (3)

Considerada a norma-padrão, é correto afirmar que há INADEQUAÇÃO no emprego APENAS de:

- (A) 1, 2, 4 e 5.
- (B) 2 e 4.
- (C) 2, 3 e 5.
- (D) 1 e 3.
- (E) 5.
- 60. A redação que está clara e em concordância com a norma-padrão é:
 - Técnicos analisaram também o plano de acesso à garagem superior do edifício, buscando encontrar o ponto vulnerável na estrutura dele, devido que havia risco para a segurança dos condôminos.
 - Nada havendo a contestar depois de lida a ata, o representante dos condôminos mais antigos pediu a palavra para defender sua opinião sobre matéria que não constava da pauta, sendo mal aceita.
 - Se o zelador dispusesse de mais tempo para tarefas que são próprias dessa função, não seria necessário a contratação de um outro auxiliar a mais, que podia resolver o problema.
 - (D) Mesmo tendo sido aprovada a proposta de redução de custos do condomínio, houve quem lamentasse a perda de certas prestações de serviço, que foram consideradas supérfluas.
 - Visitantes de moradores devem cumprir o regulamento do condomínio e preservem as áreas verdes, com o objetivo de assegurar futuras vezes em que voltem para visitas.



DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo X: 5. Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação a que se refere este Capítulo, os candidatos devem usar as normas ortográficas em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 6. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 7. Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 8. Na Prova Discursiva-Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 9. A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta).

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

- I. Uns acreditam que a sensibilidade é subjetiva, e que a arte, para ser válida, deve ser universal e pautar-se em temas comuns a todas as culturas. Outros alegam que tais noções são históricas e que tal sensibilidade é parte de uma construção cultural que, via de regra, busca sua própria conservação. Aqueles pensam a arte como atemporal e imbuída de uma essência imutável; estes, como uma experiência eminentemente política e, muitas vezes, contestatória.
- II. Recentemente, manifestações artísticas têm dividido opiniões no Brasil: há quem as considere inapropriadas e quem as defenda por oporem-se ao status quo.

Com base nos textos acima, escreva uma dissertação argumentativa sobre:

O lugar da arte em nossa sociedade.

/	
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
80	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	